



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT

(Revogado pela Resolução Consepe n.º 08/2011)

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO –
CONSEPE

Junho 2004

Palmas – TO

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| TÍTULO – Introdução | 03 |
| Capítulo I – Da Composição | 03 |
| Capítulo II – Da Competência | 03 |
| Capítulo III – Do Funcionamento | 05 |
| Capítulo IV – Do Plenário | 05 |
| Capítulo V – Das Câmaras | 06 |
| Capítulo VI – Das Disposições Gerais | 07 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE,
Nº 001/2004**

(Revogada pela Resolução Consepe n.º 08/2011)

Cria o Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.

TÍTULO I
Introdução

Art. 1º – O presente Regimento disciplina a organização e o funcionamento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Art. 2º – O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é o órgão consultivo e deliberativo da Universidade em matéria didático-científica e cultural.

CAPÍTULO I
Da Composição

Art. 3º - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) tem a seguinte composição:

- I - Reitor, que será seu Presidente;
- II - Vice-Reitor e Pró-Reitores;
- III – Todos os Coordenadores de Cursos de graduação e de pós-graduação *strictu sensu*;
- IV - Um representante do corpo docente;
- V - 1/5 (um quinto) de representação do corpo discente, referente aos demais membros do Conselho;
- VI - Um representante do corpo técnico-administrativo.

Parágrafo Único – Os mandatos previstos nos incisos IV, V e VI terão a duração de 02 (dois) anos, não sendo permitida a recondução.

CAPÍTULO II
Da Competência

Art. 4º - Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe):

- I - exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a administração superior da

Universidade, em matéria relacionada ao ensino, à pesquisa e à extensão;

- II - planejar a política educacional da Universidade;
- III - julgar recursos de decisão da Reitoria, dos *campi* e das Coordenações de Curso em matéria didático-científica;
- IV - estabelecer normas sobre a organização e funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação;
- V - baixar normas que visem ao aperfeiçoamento dos processos seletivos utilizados para o ensino de graduação;
- VI - propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos da Universidade;
- VII - propor ao Consuni a criação e a extinção de cursos de graduação e de programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- VIII - deliberar sobre a fixação de currículos de cursos e o estabelecimento de planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão na UFT;
- IX - dispor sobre a aplicação dos fundos especiais de pesquisa e extensão;
- X - propor a concessão e diploma de Doutor *Honoris Causa*;
- XI - elaborar, aprovar ou modificar o próprio Regimento;
- XII - deliberar sobre assuntos didáticos e científicos em geral;
- XIII - autorizar convênios entre os *campi* e entidades industriais, comerciais ou outras, com vistas à realização de trabalhos de pesquisa;
- XIV - aprovar planos de cursos de pós-graduação dos *campi*;
- XV - fixar o número de vagas para o processo seletivo dos cursos de graduação, ouvindo-se os *campi*;
- XVI - fixar normas para realização de concursos, transferências internas e externas e permuta de vagas;
- XVII - fixar normas para processo seletivo e/ou recondução de docentes substitutos;
- XVIII - apreciar os projetos de pesquisa e de extensão encaminhados pelos *campi*;
- XIX - fixar critérios para liberação de docentes candidatos a cursos de pós-graduação;
- XX - guardar e/ou garantir a observância do cumprimento do Regimento Acadêmico;
- XXI - elaborar normas para transferência de docentes permanentes;
- XXII - apreciar e emitir parecer conclusivo sobre representação contra membros da comunidade acadêmica, no que diz respeito a aspectos didático-científicos;
- XXIII - aprovar a concessão dos títulos universitários a que se refere o Art. 63 do Estatuto da UFT;
- XXIV - avocar competência de órgãos que lhe sejam subordinados e que não tenham sido exercidos, em tempo oportuno, em prejuízo da Universidade;
- XXV - deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer assunto de ensino, pesquisa e extensão, omissos no Estatuto e no Regimento Geral da UFT;
- XXVI - desempenhar outras atribuições conferidas no Regimento.

Parágrafo Único – As decisões a que se refere o inciso XI dependerá do voto de 2/3 (dois terços) dos membros do Consepe.

Art. 5º - Das decisões do Consepe caberá recurso ao Consuni.

CAPÍTULO III

Do Funcionamento

Art. 6º - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe funcionará em reuniões de Plenário ou em Câmaras, na forma estabelecida no Regimento Geral da UFT.

Art. 7º - O Plenário reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, por convocação do Presidente ou através de requerimento da maioria dos seus membros.

Parágrafo Único – As reuniões das Câmaras serão mensais, no *Campus* de Palmas, em dias previamente fixados, alternados às reuniões do Pleno.

CAPÍTULO IV

Do Plenário

Art. 8º - Compete ao Plenário:

- I - exercer as atribuições conferidas pelo Estatuto da UFT;
- II - homologar as decisões das Câmaras nos assuntos de interesse geral da Universidade;
- III - julgar os recursos interpostos contra as decisões das Câmaras;
- IV - apreciar os despachos proferidos pelo Presidente em assuntos que dependam de aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe);
- V - julgar os recursos interpostos na forma do Estatuto e Regimento Geral da UFT;
- VI - aprovar normas referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão, sempre por maioria absoluta de seus membros.

Art. 9º - O comparecimento às reuniões de Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é obrigatório para seus membros e terá preferência sobre outras atividades universitárias.

Art. 10 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é presidido pelo Reitor e nas suas faltas ou impedimentos, sucessivamente, pelo Vice-Reitor e pelos Pró-Reitores de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.

Art. 11 – Compete ao Presidente:

- I - presidir as reuniões plenárias;
- II - presidir a Câmara de Planejamento;
- III - aprovar a pauta e a ordem do dia de cada reunião;
- IV - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- V - resolver as questões de ordem;
- VI - promover o funcionamento regular do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe);
- VII - distribuir os conselheiros pelas Câmaras, observadas suas áreas de interesse, bem como constituir comissões;
- VIII - exercitar, além do voto de Conselheiro, o desempate;

VIX - distribuir processos aos Conselheiros após instruídos e informados pela Secretaria.

Art. 12 – As reuniões plenárias realizar-se-ão desde que presente a maioria simples dos membros do Conselho.

Art. 13 – As deliberações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) dar-se-ão por maioria simples dos membros presentes segundo o livro de presenças, excetuando-se a hipótese prevista no inciso XI do Artigo 4º deste Regimento.

Art. 13 – O Relator do processo em plenário será o seu instrutor, cabendo-lhe determinar as diligências que julgar convenientes.

Parágrafo único – O Relator terá o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, para emitir o seu parecer, contados a partir da data da distribuição ou do cumprimento das diligências.

Art. 14 – Todo Conselheiro goza do direito de requerer vista do processo, caso não se julgar habilitado a proferir o seu voto.

§ 1º - O pedido de vista só será concedido se a documentação relacionada com o assunto a ser votado não for encaminhada aos conselheiros com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à realização da sessão.

§ 2º - Concedida vista, os autos deverão ir a julgamento na sessão seguinte, impreterivelmente.

Art. 15 – Declarada aberta a reunião, proceder-se-á à discussão e à aprovação da Ata, previamente distribuída. Em seguida, passar-se-á à ordem do dia, sendo o final da reunião reservado para comunicações de fatos ou comentários sobre assuntos de natureza geral da Universidade.

CAPÍTULO V

Das Câmaras

Art. 16 – O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) será estruturado por meio das Câmaras de:

- I - Planejamento;
- II - Graduação;
- III - Pesquisa e Pós-Graduação;
- IV - Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.

Art. 17 – A Câmara de Planejamento será constituída pelo Reitor, como seu Presidente, pelo Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças, por 02 (dois) Conselheiros docentes, 02 (dois) Conselheiros discentes e 01 (um) Conselheiro técnico-administrativo.

Art. 18 – A Câmara de Graduação será constituída pelo Pró-Reitor de Graduação, como seu Presidente, por 10 (dez) Conselheiros docentes, representando as diversas áreas de conhecimento, e por 02 (dois) Conselheiros discentes.

Art. 19 – A Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação será constituída pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, como seu Presidente, por 10 (dez) Conselheiros docentes, representando as diversas áreas de conhecimento, e por 02 (dois) Conselheiros discentes.

Art. 20 – A Câmara de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários será constituída pelo Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, como seu Presidente, por 09 (nove) Conselheiros docentes, representando as diversas áreas de conhecimento, e por 02 (dois) Conselheiros discentes.

Art. 21 – Cada uma das Câmaras, exceto a de Planejamento, terá um Vice-Presidente, eleito por seus pares.

Art. 22 – Compete às Câmaras:

I - decidir sobre problemas específicos da sua área de atuação, respeitadas as normas gerais emanadas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe);

II - proceder a estudos sobre assuntos relacionados com sua área de atuação, oferecendo ao Conselho sugestões para a elaboração de normas que regulem e disciplinem a operacionalização das atividades respectivas;

III - promover outros estudos e pesquisas necessários ao aperfeiçoamento de sua atuação.

Parágrafo Único – Compete à Câmara de Planejamento apreciar os planos de trabalho e relatórios das atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e assuntos comunitários, encaminhados pelas demais Câmaras, compatibilizando as informações com vistas ao planejamento global.

Art. 23 – As Câmaras reunir-se-ão com a maioria absoluta de seus membros e deliberarão por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 24 – O Presidente de cada Câmara designará o relator dos processos a ele encaminhados.

Art. 25 – Ao relator do processo compete diligenciar o necessário para sua completa instrução.

Art. 26 – O relator terá o prazo de 15 (quinze) dias para emitir o seu parecer, contado a partir da data de distribuição, prorrogável por igual período.

Parágrafo Único – Esgotado o prazo concedido ao relator, o processo será incluído em pauta.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 27 – O não comparecimento do Conselheiro a 03 (três) reuniões plenárias ou a 04 (quatro) consecutivas das Câmaras, sem justificativa por escrito, implicará na perda de seu mandato.

Art. 28 – O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – (Consepe) poderá constituir comissões para estudo de questões específicas da área de sua

competência.

Art. 29 – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 30– Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação.

Palmas, 17 de junho de 2004.

Prof. Alan Barbiero
Presidente

ep.